



UNIÃO SINDICAL

SINPACEL SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS, CORTIÇA E AFINS DE GUAÍBA

INFORMATIVO ANO VII - Nº 58 - MAIO E JUNHO DE 2007

CUT CNQ CUT
Central Única dos Trabalhadores Confederação Nacional do Ramo Químico

Celupa desrespeita Acordo Coletivo

Alegando problemas de mercado, com relação ao papel industrial, a Celupa de forma arbitrária, demitiu doze trabalhadores da Máquina de papel, reduzindo assim uma das cinco turmas que trabalhavam em regime de revezamento de turnos em seis dias de trabalho por quatro dias de folga. Entre os demitidos, estavam dois funcionários membros da Cipa, ainda sob o abrigo da estabilidade.

A demissão da quinta turma modificou a jornada e a escala de turnos, e, por consequência aumentou a carga horária semanal, diminuindo consideravelmente o período de descanso dos trabalhadores.

Tal atitude evidencia cada vez mais, a falta de respeito e a falta de ética que a Celupa tem com os seus trabalhadores, e com a categoria, pois o regime de

trabalho que vinha vigorando até então, está previsto no acordo Coletivo de trabalho que só termina em 30 de setembro.

A forma como ocorreram às demissões, foi considerada humilhante e constrangedora por todos os trabalhadores da máquina de papel, pois as cinco turmas foram convocadas para estarem às sete horas da manhã do dia 31 de maio no clube da Celupa, onde lá esperaram por mais de meia hora pelo lado de fora sob frio intenso e forte neblina, até que o local fosse aberto.

Já dentro do clube, na presença do Sr. Armando diretor industrial, chefe de RH e de gerentes da Celupa, os doze trabalhadores foram comunicados que estavam sendo demitidos na presença dos demais. Este fato,

além de humilhar e constranger, também configura uma prática de assédio moral por parte destes dirigentes junto aos trabalhadores.

A grande verdade é que não existe crise nenhuma, o grupo Melitta passa por uma excelente fase, investe em campanhas distribuindo prêmios valiosos, e dobra o faturamento segundo as palavras do próprio presidente do grupo. O que de fato existe, é a prática da exploração dos trabalhadores por parte da Celupa, pois estão economizando até na comida servida aos trabalhadores, tudo isso para garantir sempre um melhor lucro para a multinacional alemã.

Diante destes fatos o Sinpacel está encaminhando medidas jurídicas e políticas a fim de garantir o cumprimento do acordo e acabar com os abusos cometidos pela Celupa.

Sindicato combate mais uma arbitrariedade da Celupa

► **Pedro foi reintegrado**

Outro abuso da empresa Celupa, além do rompimento do Acordo Coletivo com relação aos turnos de revezamento, foi à demissão de Pedro Roberto da Silva integrante da Cipa, ainda ao abrigo da estabilidade. Pedro Roberto fazia parte dos quatorze



trabalhadores da máquina de papel que foram demitidos em 31 de maio. Em 27 de junho, nas dependências da empresa Celupa, acompanhado pelo presidente do Sinpacel João Caldas e por um oficial de justiça da vara de trabalho de Guaíba, Pedro Roberto foi reintegrado em sua área de trabalho com o direito de inscrição para as próximas eleições da CIPA.

É o Sinpacel combatendo abusos, e defendendo os direitos dos trabalhadores.

Trabalhadores da Celupa aprovam estado de greve

Em assembléia realizada no dia 22/06, trabalhadores da Celupa aprovaram o estado de greve. Essa assembléia foi convocada para analisar e encaminhar ações, no sentido de pressionar a empresa Celupa a reconsiderar o ato impensado de descumprir a cláusula referente ao regime de turnos estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2006/2007. Nessa assembléia o Presidente do SINPACEL, João Caldas, discutiu com os trabalhadores o grave momento pelo qual todos estão passando e acusou à Direção da Celupa de ter faltado com a ética e ter desrespeitado, primeiramente os trabalhadores e depois as instituições de estado de direito. Pois com essa atitude a empresa não só causou danos aos trabalhadores como também coloca a prova todo o sistema judiciário. A empresa fez o que os bandidos fazem, desrespeitam as leis e causam prejuízo as pessoas. O que não podemos aceitar de forma alguma. Defendeu o estado de greve, como uma das ações que poderão ajudar a reverter essa situação lastimável. Após, explicou como foi confeccionado as cédulas de votação. Os trabalhadores votaram e por maioria absoluta aprovaram o estado de greve. Finalizando a assembléia, Caldas disse que enquanto essa diretoria estiver a frente do Sindicato os trabalhadores podem esperar empenho na defesa dos direitos e agradeceu a presença de todos.



Caldas fez defesa pelo estado de greve



Trabalhadores estiveram presentes na assembléia

Gerente da Celupa tumultua assembléia de trabalhadores

Em razão do descumprimento do acordo coletivo por parte de empresa Celupa com relação aos turnos de revezamento da máquina de papel, em 22 de junho o SINPACEL convocou uma assembléia geral para discutir a questão com os trabalhadores. A assembléia que tinha por objetivo esclarecer e conscientizar a todos, e também decidir pelas ações a serem realizadas para responder ao desrespeito da Celupa com os acordos firmados, e conseqüente perda de empregos, teve o seu início tumultuada por um gerente da empresa que começou a falar em voz alta discordando com a posição do Sindicato, e com o claro objetivo de intimidar os trabalhadores presentes para que não tomassem qualquer decisão que fosse contrária aos interesses da Celupa. Estamos falando

do Sr. Valdir Ferro que com sua atitude demonstrou como a Celupa ainda não conseguiu evoluir na questão de relacionamento entre capital e trabalho. Atitudes como o do Sr. Valdir lembram um tempo que já passou e precisa ser esquecido o tempo do coronelismo e da lei do mais forte. Este incidente não influenciou na decisão dos trabalhadores, que também preocupados que descumprimentos de acordo atinjam outras cláusulas decidiram por maioria pelo estado de greve a fim de alertar a Celupa para que reveja a sua decisão e venha a negociar a questão dos turnos. O SINPACEL está sempre ao lado do trabalhador defendendo seus direitos e buscando melhorar as condições de salário e trabalho e vai sempre combater qualquer tipo de pressão e exploração contra os trabalhadores.



Valdir Ferro - Gerente da Celupa - quis tumultuar a Assembléia

Emprego cresce mais no Brasil do que em países ricos, diz OCDE

Taxa cresceu 70% entre 2000 e 2005, índice mais alto do que média de países do bloco.

Brasil, Rússia, Índia e China, os chamados BRIC, geraram mais de 22 milhões de novos empregos por ano, em média, entre 2000 e 2005, segundo dados divulgados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o grupo das 30 economias mais industrializadas do mundo. O número é cinco vezes maior do que a geração de empregos de todos os países da OCDE juntos, segundo números da própria organização.

Só no Brasil, foi gerada uma média de 2,7 milhões de novos postos de trabalho por ano neste período, enquanto o grupo de países integrantes da organização criou apenas 3,7 milhões de empregos por ano. O surgimento de tantas novas vagas se refletiu nas taxas de emprego brasileiras, que subiram entre 2000 e 2005, chegando a 70%, um número mais alto que a média da OCDE. Apesar dos números animadores do, a taxa de desemprego no Brasil, em torno de 9%, ainda é considerada alta e o problema atinge principalmente as mulheres jovens no país.

A geração de empregos foi acompanhada de uma queda nos índices de pobreza nos BRIC, mas a desigualdade de salários permanece alta no Brasil. Segundo a OCDE, isso indica que, ao contrário do que dizem as teorias econômicas tradicionais, a integração internacional de países como o Brasil não foi associada a um aumento de salários para a mão-de-obra não-qualificada. Outro desafio para os BRIC, de acordo com a entidade, é a redução da informalidade no mercado de trabalho. No Brasil, por exemplo, o emprego no setor informal representa cerca de 45% de todo o mercado no país, o que mostra que o crescimento econômico mais acelerado não derrubou as barreiras que impedem a transição para o setor de emprego formal.

Fonte: BBC Brasil / OCDE

Mobilização contra a terceirização da Planta Química da Aracruz Celulose

O SINPACEL no dia 16 de junho realizou uma panfletagem no centro de Guaíba, a fim de mostrar para a população o repúdio do Sindicato dos Trabalhadores contra a possibilidade de terceirização do setor de planta química da empresa Aracruz, este mesmo panfleto foi distribuído para todos os trabalhadores diretos e indiretos de todas as empresas que compõem a base do setor de celulose e papel de Guaíba. É inadmissível que uma empresa que lucra

ao ano acima de 1 bilhão de reais tenha a intenção de terceirizar mais algum setor de sua unidade de fabricação, mesmo porque, a planta química cumpre o seu papel e ainda vende seus excedentes de produtos, aumentando o lucro da empresa. O SINPACEL continua mobilizado contra a terceirização e outras ações se necessárias serão realizadas. ESTAMOS DE OLHO!

NOVO GERENTE INDUSTRIAL NA SANTHER

Se despediu da unidade Guaíba neste mês de junho, para assumir a unidade da Santher da Penha em S. Paulo, o Sr. Irineu Bueno Palácio Filho, gerente industrial, que vinha atuando no comando em Guaíba há aproximadamente dois anos. Irineu trouxe para Guaíba ao ser contratado pelo grupo, uma nova expectativa na época para a unidade. Neste período, houveram muitos momentos marcantes para os trabalhadores, mas queremos destacar neste espaço, o aumento de produtividade e muitos recordes de produção, além de um importante e necessário avanço do sentido do diálogo. Reassume, em seu lugar, o Sr. Tiago Jaeger Pilz, que estava ultimamente atuando nas áreas de desenvolvimento e assistência técnica. Tiago ingressou na empresa na época da VCP, é conhecedor da fábrica e das pessoas também. Damos boas vindas ao novo gerente e que continuemos a avançar sempre.

ARACRUZ CELULOSE UMA GIGANTE EM CRESCIMENTO

Nos últimos 15 anos, a produção da Aracruz subiu quase 300%, com investimentos acumulados de US\$3,5 bilhões, em 2006 alcançou uma produção de 3.104 mil toneladas e uma distribuição de dividendos para seus acionistas na ordem de US\$252 milhões, cresce financeiramente nos últimos dez anos a uma taxa anual de 10%. Primeira empresa do mundo a divulgar seus resultados financeiros no primeiro semestre de 2007. Obteve um lucro líquido consolidado de **R\$596,4 milhões**, 3% acima do mesmo período de 2006. Aumentou seu volume de vendas e o preço da celulose se mantém num alto patamar, com preço médio de US\$685,00.

Base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário contratual

O adicional de insalubridade deve ter como base para cálculo o salário do trabalhador, e não o salário mínimo. Essa foi a decisão dos juízes da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4). O tribunal deferiu recurso ordinário inter-posto por uma trabalhadora de um asilo em Pelotas, que pedia a adoção do salário contratual ou do piso normativo como base de cálculo do adicional em questão. A sentença de primeiro grau, proferida pelo juiz da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas, havia vinculado o cálculo do adicional ao salário mínimo. Segundo a juíza-relatora do processo no TRT4, Maria He-lena Mallmann, a Constituição Federal prevê para os trabalhadores em atividade insalubre ou perigosa o direito a um sobre-salário, dando tratamento igual a ambos os adicionais.

A juíza afirma que, nesse caso, invoca-se o contido no artigo 40 da Lei de Introdução ao Código Civil, bem

como o artigo 126 do Código de Processo Civil, os quais versam que, quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito, não podendo o magistrado se eximir de sentenciar alegando lacuna ou obscuridade da lei. Finalizando, a juíza diz que, por analogia à base de cálculo do adicional de periculosidade contido no parágrafo 10 do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o adicional de insalubridade deve ser calculado observando a mesma base: o salário do trabalhador, e não o salário mínimo.

Os juízes do TRT4 acrescentaram à condenação imposta ao asilo no qual a reclamante trabalhava o pagamento de diferenças de adicional de insalubridade pela consideração do salário contratual como base de cálculo, com repercussões nas horas extras, férias acrescidas de um terço, décimo-terceiro salário, FGTS e multa de 40%.

Fonte: TRT/RS - 10/07/2007

Sindicalistas reclamam de abusos de policiais no RS

Os deputados Marisa Formolo, Adão Villaverde e Dionílio Marcon, do PT, e Raul Carrion, do PCdoB, participaram de audiência que reuniu, na manhã de 31/05/2007, o secretário estadual da Segurança Pública, José Francisco Mallmann, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS), Celso Woyciechowski, e representantes de trabalhadores metalúrgicos, sapateiros e do comércio de Canoas, Caxias do Sul e de Porto Alegre. Os sindicalistas entregaram ao secretário um documento no qual reclamam de abusos da força policial na repressão dos movimentos sociais e a partidização de agentes da polícia. Eles denunciaram a relação "muito próxima de policiais militares com chefias de empresas, que proporcionam refeições e regalias aos policiais, firmando uma relação de cumplicidade dos patrões com a polícia". Ainda

disseram que é preciso a presença da Brigada Militar nas portas de fábrica, mas para garantir a segurança e não para agir com truculência com os trabalhadores. Segundo o secretário Mallmann, é inadmissível a obtenção de favores por policiais. Ele assegurou que a denúncia será apurada e lembrou que em seu discurso de posse comprometeu-se com o combate à corrupção nas polícias.

O secretário acentuou que a atuação das polícias não deve apenas respeitar, mas promover os direitos humanos. "Os policiais devem mais do que garantir, promover os direitos humanos", asseverou.

Disse, também, que não admite o excesso de agressões. "Dentro da Polícia Federal, onde estava antes de assumir a secretaria, eu era conhecido por não admitir agressões", reforçou.

Mallmann pediu aos sindicalistas que levem aos integrantes dos movimentos a idéia da nova filosofia que agora é promovida pela Secretaria e pediu que houvesse respeito de ambas as partes.

O presidente da CUT relatou a preocupação da entidade com relação ao que chamou de criminalização aplicada aos movimentos sociais. E defendeu a necessidade de se ter um estado forte com investimentos na Segurança, assim como em outras áreas essenciais, como Educação e Saúde.

Villaverde acredita que, devido à característica pessoal do secretário Mallmann e, a partir desta audiência, deve haver uma boa inflexão na política de Segurança.

Marcon disse que "não se pode tratar os movimentos sociais da mesma forma como se tratam bandidos." Também participou do encontro o secretário adjunto da Segurança, Ademar Stocker.

As Contas do SINPACEL foram aprovadas com 100% dos votos

No dia 31 de maio, o Sindicato fez sua prestação de Contas. O Presidente do SINPACEL, João Caldas iniciou a assembléia saudando os presentes e agradecendo pela presença. Após, passou a palavra ao Vice-presidente, Walter Fogaça, que fez uma breve apresentação das ações políticas do SINPACEL no ano de 2006. Na sequência, o Presidente apresentou, através de slides em data-show, todo o movimento financeiro do sindicato do exercício de 2006, explicando as despesas e receitas de cada conta (resumo da apresentação no quadro abaixo). Realizada a apresentação, João Caldas passou a palavra a Anselmo Oliveira, Presidente do Conselho Fiscal, que mostrou aos presentes os relatórios de prestação de contas que a Direção do Sindicato elabora a cada ano.

Informou aos presentes que todas as notas fiscais do período estavam a disposição, sobre a mesa, para que qualquer sócio que tivesse dúvidas quanto ao movimento financeiro pudesse comprovar através daqueles documentos. Como não houve qualquer manifestação, Anselmo Oliveira leu o parecer do Conselho Fiscal, onde este solicitou aos presentes a aprovação da



Assembléia Prestação de Contas

prestação de contas do exercício-2006. Na sequência, foi encaminhada a votação por escrutínio. Após todos terem votado, foi apurado os votos sendo que as contas foram aprovadas com 100% dos votos. O Sindicato agradece a presença de todos os sócios, ativos e aposentados que prestigiaram esta assembléia.

Conta/Rubrica (DESPESAS)	Orçado (R\$)	Realizado (R\$)	Diferença (R\$)	Percentual Realizado
ADMINISTRAÇÃO GERAL	206.300,00	184.198,23	22.101,77	38,1%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	81.950,00	46.913,28	35.036,72	9,7%
ENCARGOS DIVERSOS	97.250,00	85.465,58	11.784,42	17,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	5.100,00	3.020,53	2.079,47	0,6%
CONTRIBUIÇÕES REGULAMENTARES	15.700,00	14.734,07	965,93	3,0%
DESPESAS COM MATERIAL	40.500,00	24.925,02	15.574,98	5,2%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	84.000,00	70.982,83	13.017,17	14,7%
APLICAÇÕES DE CAPITAL	71.600,00	45.626,42	25.973,58	9,4%
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	28.000,00	8.000,00	20.000,00	1,7%
(RECEITAS)				
RENTA TRIBUTÁRIA	34.000,00	31.478,79	2.521,21	6,3%
RENTA SOCIAL	164.500,00	159.121,87	5.378,13	31,8%
RENTA EXTRAORDINÁRIA	431.900,00	309.685,76	122.214,24	61,9%
(TOTAIS)				
TOTAL DAS RECEITAS	630.400,00	500.286,42	130.113,58	79,4%
TOTAL DAS DESPESAS	630.400,00	483.865,96	146.534,04	76,8%
SALDO DO EXERCÍCIO	0,00	16.420,46	0,00	2,6%
PERCENTUAL ENTRE DESPESA E RECEITA	0,00	96,7%		0,00

PLR 2007 ARACRUZ

A CRE - Comissão Representante dos Empregados, durante toda a negociação do PRL foi enfática quanto ao não atingimento dos itens de Produção e Custos. Sempre foi dito que não teria como a fábrica de Celulose produzir o valor de produção orçado. Pois, com informações dos trabalhadores, já em maio se avaliava ser impossível atingir esta produção. Após várias reuniões sem acordo, onde a comissão dos representantes da Empresa afirmavam que era plenamente atingível a produção das 450 mil / ton., apesar de o quadro informativo da produção da empresa mostrar cada vez mais o contrário, como o exemplo da produção estimada de 433 mil / ton ano até o dia 12/07/07.

Na fábrica de papel os números apresentados são atingíveis e as comissões discutiram o plano em separado, pois lá as metas propostas são todas possíveis de serem atingidas. O que até causou certo desconforto nos demais representantes da empresa, pois acharam que deveria ser mais difícil o atingimento das metas da fábrica de papel. A CRE foi contra modificar estas metas e conseguiu a sua manutenção. A empresa, nas reuniões, falava que o PRL não é um 14° salário, o que a CRE até concorda, porém não abre mão de números atingíveis. Vejamos agora outra meta que a CRE não concorda. O custo da Celulose está orçado em U\$ 217,97, sendo que no mês de junho superou os U\$ 300,00, isso agora sem contar com os últimos acontecimentos ocorridos na empresa, como por exemplo a limitação da produção por falta de energia e o alto custo de manutenção na turbina. O que vai acontecer é que vamos repetir os anos de 2005 e 2006, onde a pontuação no item Custo foi ZERO pontos. A comissão se colocou a disposição para estudar mudanças nos Custos, sendo que a empresa não mudou os valores, mas criou uma nova faixa com 3 pontos, não favorecendo em nada este item, que continua com a pontuação ZERO.

A CRE na reunião do dia 12/06/07 apresentou a proposta de 3 salários com a meta de produção acima de 451 mil / ton escalonando valores para produções menores. A empresa na reunião do dia 19/06/07 informou que Não há possibilidades de alteração do Plano e que a Direção da empresa entende que as metas são plenamente atingíveis. Como argumento falaram que o quadro Administrativo e Operacional já recebe valores acima do mercado e que o quadro estratégico recebe

valores abaixo do mercado. A CRE tentou uma nova negociação que foi negada e deram por encerrada a reunião. Achamos que os valores pagos aos Chefes não são baixos e que o Gerente de interface ganhando 8,5 salários, os Gerentes com 6,0 salários, será que estão abaixo do mercado? O que dirão os trabalhadores com o seu, talvez, 0,6 salário do PRL de 2007!

A CRE não concordou com forma de como foi conduzida a negociação do PRL 2007, principalmente com os itens de produção e custos. Não encontrou na comissão da empresa empenho em negociar, pois ela alega que são números da direção da empresa o que é contrário a lei de PRL 10.101, que estabelece que todos os itens devem ser amplamente negociados e discutidos entre os representantes da empresa e dos trabalhadores.



Comissão de Negociação de PLR - Aracruz

► Apuração dos votos na fábrica de papel



Cristiano, Caldas e representando a empresa: Luiz Choma

Consulta aos Trabalhadores

A CRE mesmo não concordando com a proposta da Aracruz, avaliou ser mais democrático coloca-la a apreciação dos trabalhadores. E para isso realizou plebiscito nos dias 09, 10, 11, 12 e 13/07/07, no horário das 08h às 17h. Com votações separadas para fábrica de celulose e para a fábrica de papel. Na sexta-feira, após as 16h, foi realizada a apuração dos votos, com os seguintes resultados: - **fábrica de papel:** Aprovaram: 63 votos; Não aprovaram: 6 votos; Total: 69 votos – **fábrica de celulose:** Aprovaram: 122 votos; Não aprovaram: 156 votos; Nulo: 1 voto; Total: 279 votos. O que comprovou a posição da CRE na mesa de negociação. Esperamos que os representantes da empresa, ao analisarem estes resultados, reflitam sobre os itens que os trabalhadores não acreditam ser possíveis atingir e que possam voltar a negociar um acordo justo para todos!

► Apuração dos votos na fábrica de celulose



Valdeni, Peteffi, Pedro e representando a empresa: Henrique

Como se faz as leis

Continuação...

(Para melhor acompanhar as informações deste texto, reveja as edições n.ºs 55, 56 e 57)

No texto a seguir, o propósito é analisar as relações de poder no interior da administração pública federal e sua hierarquia na tomada de decisões.

PODER EXECUTIVO: instâncias e atores do processo decisório

O poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado. Suas atividades são desenvolvidas e realizadas pela Administração Pública, que pode ser direta - por meio dos ministérios e órgãos da Presidência da República - ou indireta, por intermédio das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A estrutura do Poder Executivo é fragmentada e complexa, com mudanças e transferências de órgãos, atribuições e pessoas com relativa frequência. Os

comandos são dois: um político, exercidos pelos dirigentes com vinculação político-partidária - o Presidente, e os ministros, os militantes partidários, os assessores de campanha e os intelectuais; e outro formado pela burocracia profissionalizada do serviço público.

Em tese, os políticos dão as ordens e os burocratas obedecem. Na prática, entretanto, a situação é diferente. Os funcionários de carreira, que ocupam com maior frequência os cargos de terceiro e quarto escalões, exercem muita influência. Cumpridores de rituais, os burocratas, que não são eleitos nem aparecem nos jornais, exercem controle pleno sobre a situação porque conhecem as leis, portarias e normas que ativam ou travam um governo.

O número desses funcionários, segundo Alexandre Barros, que divulgou excelente artigo na revista Exame sobre quem manda no Brasil, não passa de 1.500. Segundo o articulista, que publicou seu artigo na seção de opinião da edição de 05/12/2002, esses servidores são oriundos do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da Secretária do Tesouro, da Receita Federal, do Itamaraty, do Banco do Brasil, de carreiras como a de Gestores Governamentais e das consultorias

legislativa da Câmara e do Senado. Enfim, são servidores de carreira, experientes e bem treinados e que, em muitos momentos, compartilham de poder real de decisão, viabilizando ou inviabilizando as iniciativas políticas dos governos.

Para medir a influência dos órgãos e instâncias no processo decisório, bem como identificar os cargos destinados ao comando político e a administração da máquina, é necessário analisar aspectos da legislação e, principalmente, o perfil dos ocupantes dos postos-chave na estrutura administrativa.

Continua na próxima edição...

CURSO DE INGLÊS

APRENDAA FALAR / LER / ESCREVER / GRAMÁTICA

Sócio - Entrada + 5 x R\$ 55,00

Não Sócio - Entrada + 5 x R\$ 60,00

Material didático - R\$ 20,00

Terça e Quinta — Manhã das 9h às 11hs
Tarde das 14h às 16h
Noite das 19h às 21h
Sábado — Manhã das 9h às 11h

DESENHO MECÂNICO

Teve início durante o mês de maio, o primeiro curso de Desenho Mecânico deste ano oferecido pelo Sinpacel. A nova turma é composta por 15 alunos, que terão 70 hs de treinamento. O mercado de trabalho exige a cada dia, maior nível de capacitação das pessoas e o conhecimento de desenho técnico mecânico, se constitui atualmente, em um diferencial muito importante não só para os profissionais que já atuam na área mecânica, como também para o jovem que busca neste mercado a sua oportunidade. Portanto, são pessoas de todas as idades, em busca de novos conhecimentos. No mês de agosto, teremos o curso de Desenho Mecânico 2 (avançado) para quem quiser avançar ainda mais.

Oportunidade ! Curso de Desenho Mecânico 2 (Avançado)

Pré requisito: conhecimento de interpretação de desenho

(Aulas teóricas e práticas – Métodos: Brasileiro/Europeu e Americano)

Certificado no final do curso

Inscrição: R\$ 45,00 (para todos os alunos)

Sócios/dependentes deste Sindicato: 4x de R\$ 40,00

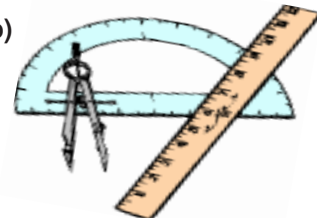
Não-Sócios: 4x de R\$ 45,00

Início: 13/08/2007

Duração: 2 meses (50 hs)

Aulas: Segundas e quartas

Horário: 19:00 às 21:50 hs



Local: SINPACEL - Sindicato do Papel de Guaíba
Rua Bento Gonçalves, 304 – Centro
Fone : 3480 2900

Inscrições abertas na secretaria do Sindicato últimas vagas

CONVÊNIOS

(Retirar autorização na sede do Sindicato a partir do dia primeiro do mês - são dez (10) autorizações de cada especialistas)

CARDIOLOGISTA - DRA. MARIZA FERNANDES

Atende de segunda à sexta-feira
Marcar horário no consultório
Fone: 3480 34 71

OTORRINO - DR. JOSÉ HENRIQUE

Atende de segunda à sexta-feira
Marcar horário no consultório
Fone: 3480 34 71

OFTALMO - DRA. CRISLAINE CRONHARDT

Atende na terça - quarta e Quinta-feira
Marcar horário no consultório
Fone: 3480 22 96

PSICÓLOGA - CARMEN DO PRADO

Vários horários
Marcar horário no consultório
Fone: 3480 62 50

PSICÓLOGA - ROGÉRIA FERRARI

Vários horários
Marcar horário no consultório
Fone: 9838 54 44

JURÍDICO - DRA. ROSICLÉIA BORDIM

Plantão todas as terças-feiras das 9h30 às 11h30
Fone do escritório em PoA: 3284 83 00

ATENDIMENTO MÉDICO - DIA/HORÁRIO

DENTISTA - DR. FRANCISCO SIBEMBERG

Terça e Quinta-feira às 8h30 e às 13h30
Sexta-feira 8h30
Marcar consulta na hora (6 consultas)

PEDIATRA - DR. CLÁUDIO URTASSUM

Seg e Sexta-feira no consultório-marcar até às 9h20
Terça - Quarta e Quinta-feira no Sindicato às 9h
(6 consultas)

GINECOLOGISTA - DR. IVO MENEGOLA

Segunda - Quarta e Quinta-feira às 13h30
Marcar consulta na hora (6 consultas)

CLÍNICO GERAL - DR. LUIZ DERLI TOLOTTI

Segunda - Terça - Quarta e Quinta-feira às 8h
Marcar consulta por telefone com antecedência de um dia (6 consultas)

CLÍNICO GERAL - DR. GILSON HERDINA

Quarta - Quinta e Sexta-feira às 15h30
Marcar consulta por telefone com antecedência de um dia (8 consultas)

Condições para o aluguel do Salão

Sábado

Sócio - R\$ 200,00
Não Sócio - R\$ 400,00

Sexta e Domingo

Sócio - R\$ 125,00
Não Sócio - R\$ 250,00

Segunda à Quinta

Sócio - R\$ 95,00
Não Sócio - R\$ 190,00

Cheque Caução

Sócio e Não Sócio - R\$ 150,00

Ao efetuar o aluguel do salão é cobrado no ato da locação sinal de 30% sobre o valor total do referente dia. Este procedimento visa assegurar ao locatário a data desejada e para o locatário (SINPACEL) o cumprimento da obrigação, porém, em caso de desistência as importâncias pagas não serão devolvidas.

Para os Sócios: Somente sócios e dependentes dos mesmos poderão locar o salão com o devido valor da categoria.

Expediente

União Sindical é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos, Cortiça e Afins de Guaíba CGC90.830.183/001-6. Rua Bento Gonçalves, 304- Guaíba-RS Fone/Fax: (51) 3480 29 00 Fone: (51) 3480 29 73 - Tiragem: 1800 exemplares

Diretoria - Presidente: João Carlos da Silva Caldas; **Vice-presidente:** Walter Tomaz Fogaça de Oliveira; **Tesoureiro:** João de Deus Machado Nunes; **Secretário Geral:** Valter Corrêa Andriotti; **Diretor de Formação Sindical:** Renato Maia; **Diretor de Saúde, Previdência, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente:** Jorge Luiz dos Santos; **Diretor de Divulgação e Cultura:** Solismar Zembruk Silveira; **Suplentes da Diretoria:** João Francisco de Oliveira Costa, Sérgio Vitelli Maier, Cristiano de Oliveira Bittencourt, Valdeni Nunes Moraes, Pedro Bitdinger e César Augusto Peteffi; **Conselho Fiscal - efetivos:** Anselmo Oliveira, Antônio Sérgio Chaves Ribeiro e Lauriano Duarte Rodrigues; **Suplentes do Conselho Fiscal:** Sérgio Roberto Viegas Salazar, Getúlio Insabralde Alberto e João Leonar da Silva; **Titulares da Delegação Federativa:** Rubem José Souza Cruz e Adriana dos Santos Filandro; **Suplentes da Delegação Federativa:** José Luis Belini e Zilá Terezinha Jardim Centeno; **Delegados Sindicais:** Adelino Leites da Silva, Ernani Andriotti Peixoto e Jorge Francisco Kroeff.